arcos DESIGN

Fomos descobertos: um olhar do design sobre o processo de re(a)ver territórios de moradia no Brasil

Gabriela Corrêa Frossard (UEMG, Brasil)
gabicfrossard@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-5338-3859

Edson Jose Carpintero Rezende (UEMG, Brasil)
edson.carpintero@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-0692-0708

Arcos Design
Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, Julho 2025, pp. 144-165. ISSN: 1984-5596
https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign

Fomos descobertos: um olhar do design sobre o processo de re(a)ver territórios de moradia no Brasil

Resumo: O artigo propõe uma reflexão do design sobre a metáfora "rever/reaver" territórios para abordar a consolidação da luta de uma ocupação urbana em Minas Gerais. O texto é estruturado em três eixos: o contexto das cidades na América Latina, as diversas possibilidades de existir, projetar e se organizar em sociedade e a ocupação urbana como forma de reaver territórios. Por fim, é apresentado o estudo de caso do centro comunitário da ocupação Rosa Leão (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil) a fim de elucidar o processo de um projeto coletivo ao longo dos últimos anos.
Palavras-chave: Design e território, Ocupações urbanas, Decolonialidade.

We Have Been Discovered: A Design Perspective on the Process of Reseeing/ Reclaiming Housing Territories in Brazil

Abstract: *The article proposes a design reflection on the metaphor of "reseeing/retaking" territories to address the consolidation of the struggle of an urban occupation in Minas Gerais. The text is structured around three main axes: the context of cities in Latin America, the various possibilities of existing, designing, and organizing in society, and urban occupation as a way of reclaiming territories. Finally, a case study of the community center of the Rosa Leão occupation (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil) is presented to illustrate the process of a collective project over the past few years;*
Keywords: *Design and Territory, Urban Occupations, Decoloniality*

1. Introdução

É comum para muitos brasileiros aprender nas escolas e no convívio social que "descobriram o Brasil". A partir dessa ideia, assume-se um território fantasma que só passou a existir a partir do olhar do outro, da 'chegada' dos portugueses. Descobrimento, segundo o dicionário *Oxford*, significa criação ou invenção de algo. Desde cedo a produção do conhecimento e a noção de pertencimento do povo é fundamentada na perspectiva do "descobridor", personificado na memória em nomes de navegantes, bandeirantes ou membros da monarquia portuguesa. Entretanto, ao compreender que havia história, povos e relações antes do ano 1500, pode-se subverter o olhar e observar a partir daqui: fomos descobertos.

A mesma lógica muitas vezes ainda se aplica aos territórios marginalizados no país. Isso porque a concepção do que "fica de fora", "na beirada" ou à margem, se dá a partir de um olhar do que é de dentro e, só a partir daí, é estabelecido o que foge, o que sobra. Os diferentes modos de vida são ignorados como possibilidades para existência na sociedade e incorpora-se à dinâmica urbana o que é próprio do sistema capitalista e do que é herança colonial (Bispo, 2023). Essa incorporação do capital e do colonial ocorre também na produção do conhecimento acadêmico. Muito da bibliografia que pauta os estudos de território e moradia no Brasil é acessada por meio da produção de conhecimento do Norte global, afastando-se das características e perspectivas mais próximas e verossímeis à realidade latino- americana (Lima, 2023). A incorporação de um pensamento decolonial e a priorização de produções aliadas ao diálogo a partir do Sul global colaboram para o entendimento de sujeitos e vozes mais diversas e plurais (Miglievich-Ribeiro, 2020).

O título deste artigo é ao mesmo tempo metáfora e convite, para construção de novos paradigmas e, também, para ampliar as possibilidades de debate científico no campo do design, com foco em territórios. A segunda parte do título guarda uma associação entre os termos rever e reaver, escrita propositalmente como re(a)ver. A história recente do Brasil tem sido marcada, entre outros tantos acontecimentos, por processos de revisão e recuperação de territórios. Como exemplo, podemos citar os debates de demarcação de terras indígenas, o aumento de 945% de população em situação de rua nos últimos dez anos (Câmara dos deputados, 2024) e uma expansão do número de favelas e comunidades urbanas, somando cerca de 16 milhões de pessoas no Brasil (IBGE, 2024).

Neste texto, uma ocupação urbana ocupa o protagonismo, a partir de um estudo de caso, para pensar e repensar a relação entre projeto, pessoas e territórios. O uso das palavras pode ser uma ferramenta. Muitos dos processos

de colonização são pautados fortemente na dominação para apagamento de modos de vida e identidade de pessoas. Bispo (2023) diz que na academia isso é feito por meio de conceitos que, muitas vezes, são apropriação do saber transmitido pela oralidade ou pela forma de vida de uma comunidade fora da lógica colonialista. Sendo assim, inventar palavras e "guerrear" (p. 19) pelos significados é uma maneira de contracolonização, ou seja, de estabelecer força frente às constantes opressões e agressões aos povos à margem da lógica capitalista. Por essa razão, esse trabalho é intitulado por meio de uma junção de conceitos acadêmicos e licença poética, a fim de partir desse contraponto e provocar reflexões.

A primeira parte da pesquisa foi uma revisão bibliográfica, seguida de um estudo de caso. A imersão e interação no campo foi pautada por preceitos da antropologia aplicadas ao design, o designantropologia (Lagares; Gomes; Gomes, 2022). Os processos e resultados compartilhados nesse artigo foram feitos a partir de análises da observação participante (Angrosino, 2009) e do caderno de bordo (Freitas, 2024) feitos ao longo de vários anos de imersão e trocas no campo, de 2016 a 2024. O foco central deste estudo são as ocupações urbanas, sobretudo a região denominada como Izidora, formada por quatro ocupações: Rosa Leão, Vitória, Esperança e Helena Greco, localizada no norte da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. O objetivo aqui é compreender como a ocupação urbana pode representar novas possibilidades de existência, organização e projeção do espaço, considerando suas implicações sociais, políticas e espaciais.

2. Rever/reaver territórios

O design que se posiciona contra a colonialidade e a favor de uma concepção pluriversal, entende que o território é um mundo e deve ser olhado, como o pássaro que comumente representa o Adinkra Sankofa: com os pés fincados no chão, projetando o corpo para o futuro e sem perder os olhos do passado. A partir dessa simbologia é possível traçar uma organização de ideias que se inicia com a revisão da história e das memórias, passa pelo olhar e escuta atenta do agora e, a partir daí, imagina e projeta o futuro.

Rever significa voltar a ver, examinar cuidadosamente ou tornar a considerar[1]. O processo de rever os territórios de moradia no Brasil, a partir da ótica do design é, em primeira instância, a busca por olhar de novo para a composição e uso dos espaços nas cidades. A ocupação de territórios vai além da apropriação física do espaço, envolve dimensões simbólicas, culturais e políticas. O design como atividade intrinsecamente social

1 Definição de rever do dicionário online Michaelis.

é indissoluvelmente político (Morales, 2020). Assim, o design - como processo, projeto e resultado - pode agir como reforçador de estereótipos e exclusões nos projetos de sociedade.

Ao abraçar a complexidade e se aproximar da antropologia, o design admite-se como ponto de partida e a partir das trocas e encontros que acontecem no campo e com o campo que são estabelecidos os caminhos posteriores (Noronha *et al.*, 2023). Muitas das pesquisas de campo acontecem em áreas delimitadas que possuem relação com as pessoas que vivem ali, os territórios. Sendo assim, ver e rever o campo é essencial para estabelecer confluências, que nas palavras de Bispo (2023) são os encontros entre diferentes saberes que permitem trocas e agrupamentos entre o coletivo, mas que mantêm suas singularidades.

O tema deste artigo concentra-se em territórios readquiridos, recuperados, resgatados e/ou reconquistados[2]. Reaver territórios, a partir da discussão das ocupações urbanas, significa apropriar-se de uma terra a fim de estabelecer condições de existência dignas e, a partir da moradia e do direito de viver na cidade, vislumbrar o projeto de novos modos de vida. O texto e a reflexão de design exposto aqui é guiado pelo pensamento fronteiriço e pelas alianças afetivas[3]. Trata-se de mover-se até as bordas do projeto, ir de encontro com outras vozes e saberes para traçar junto com o campo novos caminhos de design, sejam eles artefatos, métodos, paradigmas, sistemas ou utopias.

3. Viver, morar e resistir na América Latina

Ao tratar da lógica capitalista como forma de opressão, Bispo (2023) aponta que a sociedade está organizada para que as pessoas vivam do que ele denomina de "servidão salarial". Nessa lógica, o senso de autogestão, a capacidade de imaginação e o desenvolvimento de consciência coletiva é tomado e dá lugar ao humano que serve ao capital. Para Bauman (2005) há as pessoas que servem e as que "sobram", todo ser humano que não é incorporado pelo planejamento capitalista é convertido em refugo humano. O capitalismo é um sistema projetado para gerar resíduos, seja por meio dos excedentes do consumo, do desperdício de alimentos para "equilíbrio da economia" ou da marginalização de pessoas e territórios.

Na história recente das cidades do Brasil há um movimento de pessoas na busca por oportunidades de trabalho e remuneração minimamente digna, o que se entende que exista nas cidades (Rocha Junior; Baltar, 2023).

2 Definição de reaver do dicionário online Michaelis.

3 Bispo (2023) e Krenak (2022).

Entretanto, a organização dessas cidades é baseada em uma estrutura desigual e assimétrica de acesso ao espaço urbano, o que se intensifica com o aumento da população. No país, as décadas entre 1950 e 1980 marcaram a intensa migração dos campos para as áreas urbanas, atualmente 87,6% dos brasileiros vivem em cidades (Lima Júnior, 2023). O mercado de trabalho não absorve toda 'mão de obra' disponível, os custos com moradia são maiores que os salários, as elites se organizam para manutenção de seu *status quo* e o Estado se alia aos mais ricos para garantir a existência de uma cidade formal e uma cidade informal (Maricato, 2000).

Silva (2023) considera que a venda da força de trabalho é o que define a condição de pessoa semilivre ou de sub-humano, já que é o trabalho que permite acesso à renda e é essa renda que viabiliza a integração, ao menos mínima, ao sistema. Krenak (2019) faz referência a uma fala de Mujica sobre a condição de transformação às quais as pessoas são impostas: consumidores, não cidadãos. Esse movimento de capitalização das relações nega e suprime a pluralidade de existências e limita que as experiências sejam vividas em comunidade.

Cusicanqui (2012) aponta que, nos últimos anos, países da América Latina foram amplamente confrontados com protestos para que fossem revistas e humanizadas a estrutura social dos países (Venezuela, México, Bolívia, Argentina e Brasil). A resposta dos Estados foi, de forma geral, realizar uma ação simbólica ao incorporar e atribuir a condição "étnica" e "originária" aos povos indígenas. E ao situar esses povos na origem, os negam participação na contemporaneidade, os afastam das lutas e reforçam os estereótipos, coisificando um povo e o renegando a condição de minoria. O colonialismo se fortalece dessa ilusão de submissão de povos e cria a ilusão de superioridades e inferioridades de territórios.

Pessoas dos diferentes territórios são impactadas por meio de políticas, formas de educação, moradia e até alimentos. Noções como países do norte melhores que os do sul global, ensino da escrita é melhor que oralidade local, progresso é migrar da zona rural para a urbana e até a ideia de que o uso do trigo substitui "melhor" o milho e a mandioca da região. O agronegócio é aliado da desterritorialização e do apagamento de identidades à medida que estabelece terras, alimentos e relações como mercadoria (Bispo, 2023).

Os programas de habitação social promovidos, principalmente, pelo governo federal são exemplos da contradição entre intenção projetual de inclusão e prática de exclusão de pessoas mais pobres, além de estimular a mercantilização das pessoas e suas relações. É comum que esses programas signifiquem uma remoção anterior das pessoas de um território e, então, é instituída uma nova forma de vida a qual não se estava adaptado a viver

(Campos, 2019). Acontece que o direito à cidade - direito de usar, habitar, deslocar, fruir - na prática, não é um direito de todos. A escolha de onde se quer viver é reservada às pessoas de maior poder aquisitivo. São elas que em primeira instância decidem sobre suas ocupações e, a partir daí, se estabelecem os limites e para além desses limites, às margens, sobra o espaço para "os outros" (Corrêa, 2013; Villaça, 2001). Essa escolha impacta diretamente nos preços e em uma demarcação simbólica do uso social dessas áreas.

Segundo Krenak (2019) a colonização dos brancos europeus parte do princípio de verdade única, na qual há uma humanidade iluminada e esclarecida que precisa levar civilização e o 'jeito certo' de viver para os outros povos. Nega-se e suprime-se a pluralidade de existências e limites são estabelecidos para que as experiências sejam vividas em comunidade. O projeto de casas populares ilustra essa supressão de modos de vida, à medida em que verticaliza o morar e impossibilita elementos importantes da forma de viver das famílias, como as lajes e quintais. Dowbor (2016, p.20) lembra que "[...] quando as decisões se tomam muito longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas necessidades".

A moradia é uma parte importante do movimento contra o colonialismo, isso porque há muito o que se aprender com as diferentes formas de construir. Nos quilombos, por exemplo, é comum que a casa seja pensada com materiais locais e que sirva ao modelo de viver, tendo no quintal e na cozinha espaços de convivência intensa e espaço para ser ocupado pelas casas das próximas gerações no futuro (Figura 1). Já nas favelas, o lugar que faz papel do quintal são as lajes, espaço de celebração e expansão. Na contramão desses modos de viver, programas de política habitacional de moradia, como o Minha Casa, Minha Vida (Figura 2), impõe de maneira bruta, perversa e institucionalmente racista uma arquitetura que nega a identidade das pessoas e das comunidades (Bispo, 2023).

FIGURA 1. Quilombo Luízes em Belo Horizonte – Ricardo Laf, 2021. Fonte: Jornal Estado de Minas.

FIGURA 2. Minha Casa, Minha Vida em Belo Horizonte – PBH, 2023. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte.

Segundo Rovere e Tirelli (2021) a cidade planejada é comumente fundamentada na estrutura eurocêntrica, patriarcal e funcional. Sendo assim, ela reproduz a lógica dessas estruturas de pensamento e poder, prioriza o "sujeito neutro universal" (p. 164) em detrimento dos sujeitos múltiplos e diversos

que constituem - realmente - uma cidade. É a partir dessa neutralidade que mulheres, pessoas pobres, negras e negros, pessoas com deficiência, idosas e idosos e pessoas indígenas configuram-se como "outros", marginalizados frente a um imaginário ideal que é, não apenas distante, mas avesso ao território latino-americano.

Cusicanqui (2012) aponta que o multiculturalismo colabora com a criação de "massas anônimas" e ignora a diversidade e especificidade das comunidades envolvidas nas lutas. O Estado aliado à agenda neoliberal, pauta seus projetos de cidade, trabalho e combate à violência nessa ideia massificada e colabora assim com novas formas de colonização. A exclusão atravessa o domínio do subjetivo e ocupa o lugar desses corpos, impactando diretamente nas vivências e nas relações que se estabelecem nessas cidades.

Dowbor (2016) alerta que o neoliberalismo causa dois efeitos principais sobre a ideia das pessoas sobre a organização das cidades: o primeiro efeito é a ideia de que há um "poder invisível", um Estado, um mercado que gerencia tudo rumo às melhores escolhas; o segundo é a passividade diante da organização das cidades e a crença de que essa ordem dada é o fio condutor das vidas individuais e coletivas. Com isso, os indivíduos - seja como pensadores, moradores ou idealizadores - dessas cidades se afastam da ideia de participação e intenção de resolução dos conflitos existentes. Para Fisher (2020) as pessoas acreditam que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo, essa passividade colabora para a inércia e postura combativa diante das discussões sociais que envolvam considerar novas visões de mundo fora do antropoceno, ou que considere outras economias fora do capitalismo.

Já que o capitalismo trabalha para a homogeneização das formas de vida (Harvey, 2012), é necessário pluralizar e diversificar as maneiras de ver o mundo. A prospecção de novas possibilidades de mundo parte da consciência sobre o próprio corpo e de sua ocupação social e política sobre a cidade que se habita e, também, sobre a postura ética e moral na prática do exercício da profissão de design. É primordial para o profissional contemporâneo aumentar a consciência a respeito dos territórios, pessoas e relações cotidianas para conceber produtos, processos, imaginários e novas ideias.

4. Decolonizar o olhar para conceber novas cidades

No processo decolonial, é preciso mudar a ótica de muitas concepções. Uma delas é o enfoque sobre a história das coisas e dos povos. É comum que horror e violência sejam protagonistas na história de colonização do Brasil, entretanto para além do registro do pesadelo, quais sonhos, manobras, estratégias e reivindicações trouxeram os indígenas ao século XXI? Essas "pessoas

coletivas" reivindicam seu lugar, incorporam as diferenças e transmitem suas formas de vida através do tempo (Krenak, 2019). Bispo (2023) entende que já há uma relação estabelecida entre quilombolas e indígenas e muitos dos modos de fazer que se estabelecem entre comunidades são parte dessas trocas ou melhor, dessas confluências. Entretanto, as favelas ainda não estão em conversa direta e formulam outros modos de vida. Para o autor, quando essa conexão entres as três partes forem criadas as cidades como se conhece hoje será reinventada.

Bispo (2023) propõe que a concepção de globo seja diferente do efeito da globalização, de sintetizar e universalizar, pelo contrário, engloba-se diferentes pessoas e compreende-se que há individualidades dentro do globo. Nessa perspectiva, Dowbor (2016) apresenta o conceito de poder local como alternativa aos sistemas atuais. A ideia é descentralizar e desburocratizar poderes e processos urbanos e democratizar as decisões. Para isso é necessário que haja descentralização de renda, de decisões e de poderes para que as decisões sejam ideadas próximas às comunidades. Outros seres vivos vivem em pequenos grupos e estabelecem sistemas de autogestão. Entre humanos temos como exemplo as casas de candomblé e os terreiros de umbanda, que se organizam em comunidades e com o número de pessoas "ultrapassando o possível", cria-se outros espaços, outras comunidades (Bispo, 2023). Além destes, é possível pensar na autogestão que acontece em eventos cotidianos como mutirões, velórios, festas e roças.

Ao reconhecer individualidades é preciso desconstruir o conceito de "jeito certo" de ser e estar no mundo. Ao considerar culturas, ou os chamados modos de vida segundo Bispo (2023), é necessário desconstruir a hierarquização e classificação entre os diferentes grupos e o entendimento colonial de que há grupos "mais" ou "menos" adequados. Como exemplo dessa argumentação, pode-se pensar em gêneros musicais como *rap* ou *funk* que muitas vezes são considerados subgêneros musicais ou manifestações "à parte" da cultura "verdadeira". Há ainda, outro exemplo diretamente relacionado ao território, desde 1991 a definição para os modos de viver em vilas, favelas e outras comunidades foi denominada como 'aglomerados subnormais' pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pressupondo através dessa definição a existência de um referencial de 'normalidade' para habitar as cidades. Em 2024 estabeleceu-se o nome Favelas e comunidades urbanas.

Augé (2012, p.37) afirma que "o mundo [...] não tem as dimensões exatas daquele no qual pensamos em viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Temos que reaprender a pensar o espaço", ou, parafraseando Krenak (2019), temos que reaprender a sonhar o espaço. Segundo Ferreira e Felício (2021) se importar com o coletivo é um confronto contra

a cultura individualista. Pensar coletivamente é um processo de resistência e ponto de partida para imaginar cidades que criam uma relação mais orgânica com outras formas de vida e que todas as vidas são necessárias e não - apenas - matéria-prima ou mão de obra, como são denominadas na lógica da verticalidade (Bispo, 2023).

5. Ocupar como direito

Uma ocupação urbana é um processo de urbanização em que um grupo social se apropria de um espaço, terrenos públicos ou privados sem função social, para atender suas necessidades de moradia, trabalho, lazer e lutas políticas. Em um primeiro momento são informais e sem autorização, mas comumente obtêm apoio de organizações civis que lutam por moradia e apoio técnico arquitetônico e jurídico para condução da ocupação.

Normalmente, a ocupação urbana acontece por uma necessidade de habitação que não é atendida pelo mercado formal. Sendo assim, a moradia é inicialmente improvisada, além disso não há infraestrutura de água, luz ou saneamento. Segundo Caminha (2018) as ocupações são na verdade uma reapropriação social de espaços abandonados, uma forma de acesso minimamente digno à cidade e aos bens públicos, pois muitas vezes constituem a única alternativa para usufruir dos serviços (escola, saúde, mercado de trabalho) do local em que se vive.

A América Latina e o Caribe são as regiões mais urbanizadas do mundo, pois hoje há mais de 80% da população vivendo nas cidades. Esse fenômeno possui três marcadores significativos nessas regiões: (1) um alto índice de desigualdade social;

(2) a conurbação de cidades que ficam fisicamente próximas umas das outras e gera o terceiro marcador; (3) a dificuldade de governança das áreas metropolitanas nos grandes centros urbanos. Segundo o IBGE (2022) o Brasil tem mais de 16,4 milhões de pessoas que vivem em favelas e comunidades urbanas (8,1% do país), mais de 236 mil pessoas vivendo nas ruas e mais de 5 milhões de moradias irregulares. Minas Gerais é o segundo maior estado com déficit habitacional, em números absolutos, faltam 556.681 habitações. O principal componente que gera esse déficit é o ônus excessivo com aluguel.

No Brasil, as favelas e comunidades urbanas muitas vezes ocupam áreas mais afastadas do centro e em terrenos irregulares e de alto risco. Sabe-se que a moradia é muito mais do que a casa ou apartamento, é também composta por toda organização do entorno (Dowbor, 2016), por isso é preciso compreender a dimensão individual, mas também de cidade. Além disso, Harvey (2012) lembra que a cidade e a urbanização são fenômenos de classe, fruto do capitalismo, em que o excedente é extraído de determinadas

pessoas e lugares e o controle da distribuição dos recursos está concentrado em poucas mãos. O mercado joga sobre os lugares um olhar de produto e de consumo. Nessa dinâmica os cidadãos são convertidos em consumidores e suas experiências nas cidades passam a ser de clientes.

Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP) a população que vive em favelas e comunidades urbanas são mais jovens e negras que a média do país, além disso o déficit habitacional é mais comum em casas com renda de até até R$ 2.640, chefiadas por mulheres e pessoas pretas ou pardas. Com isso, mulheres são mais impactadas em situações de submissão, abuso e violência doméstica. O movimento de luta por acesso às moradias no Brasil é, sobretudo, uma luta social contra o capitalismo, o machismo e o racismo. Pode parecer abstrato, mas os inimigos no cotidiano são bem palpáveis e é preciso nomear o que permeia as relações (Ferreira; Felício, 2021; Ribeiro, 2019).

Em Belo Horizonte, existem 24 ocupações urbanas, mapeadas e contabilizadas. Entre as ocupações que resistem ao tempo, a mais antiga é a ocupação Canto do Rio, de 1996, localizada no município de Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte e a mais recente é a ocupação Paulo Freire, de 2015, localizada no bairro Barreiro. Segundo Nascimento e Libânio (2016) ao todo, são 14.269 famílias que ocupam áreas em todo o município de Belo Horizonte e sua região metropolitana. Há muitos movimentos sociais envolvidos, entre eles destaca- se: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Brigadas Populares (BP), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Arquitetos sem Fronteiras (AsF).

O Estado é um forte representante da opressão de comunidades marginalizadas e em seu esforço para o combate à vida digna, muitas vezes dificulta- se o acesso às urgências necessárias para sobrevivência. A impossibilidade de acesso à água e energia elétrica é, geralmente, o ponto de partida para desestabilizar ocupações, por exemplo (Ferreira; Felício, 2021). Frente a isso é possível traçar um paralelo entre o conceito de não-lugar (Augé, 2012) e subnós (Cusicanqui, 2012), à medida que o Estado encara as ocupações urbanas como áreas a serem desapropriadas e as pessoas expulsas, ainda que não exista "lado de fora" ou outro lugar para elas. Augé (2012) utiliza os "terrenos invadidos" e favelas como exemplo de não lugar, já que um lugar precisa que haja a relação com certos fins, como transporte, comércio, lazer, e também que haja a relação das pessoas com esse espaço. Já Cusicanqui (2012) defende a existência de centros de poder, localizados no norte global, que pressupõe uma hegemonia do "homem branco" - situados como nós - e os outros - os "subnós".

No processo decolonial, é preciso mudar a ótica de muitas concepções. Uma delas é o enfoque sobre a história das coisas e dos povos. É comum

que horror e violência sejam protagonistas na história de colonização do Brasil, entretanto para além do registro do pesadelo, quais sonhos, manobras, estratégias e reivindicações trouxeram os indígenas ao século XXI? Essas "pessoas coletivas" reivindicam seu lugar, incorporam as diferenças e transmitem suas formas de vida através do tempo (Krenak, 2019). As ocupações urbanas são uma realidade, existem como uma política habitacional efetiva no país, esses espaços guardam muitos saberes, vivências, lutas e experiências (Nascimento, 2016).

6. Rosa Leão, Izidora, Marielle Franco e outras histórias

Com licença poética, a relevância social permeia a história dos nomes que atravessam o campo de estudo deste projeto. Segundo Silva (2018), Rosa Leão foi líder comunitária em uma ocupação nos anos 1990, depois de um despejo passou a integrar a "linha de frente das lutas" para garantia de moradia e, mesmo depois de conquistar a casa própria, seguiu na luta. Foi assassinada, com um tiro, aos 50 anos, hoje dá nome à ocupação. Izidora, erroneamente muitas vezes referida como "Izidoro", foi uma mulher lavadeira de roupas que sonhava com a conquista da casa própria, dá nome à região. Já Zilah Spósito, irmã do cartunista Henfil e do sociólogo Betinho, foi uma pioneira entre as lideranças comunitárias do bairro. Fazia parte de grupos de defesa da democracia e lutava pelo direito das mulheres, dá nome ao bairro em que se localiza a ocupação Rosa Leão.

Muito do registro da história da Ocupação Rosa Leão se dá pela oralidade. Parte dessa história pode ser vista nos vídeos do canal do Youtube do Frei Gilvander, frei e ativista militante da luta pela terra e por direitos. Além disso, vozes importantes da liderança comunitária, como Charlene Cristiane, ganha espaço em entrevistas concedidas a reportagens de jornais e conteúdos publicados em redes sociais. Por fim, muitos trabalhos acadêmicos realizados junto à ocupação Rosa Leão registram percepções, sentimentos, olhares de mulheres e outros moradores da ocupação Rosa Leão. O espaço coletivo de referência da comunidade já foi iniciado sendo chamado de "barracão" e atualmente é chamado Centro de Poder Marielle Franco. O caminho entre um - barracão - e outro - Centro de Poder Marielle Franco - possui muitas memórias. Parte desse registro temporal, elaborado ao longo dos últimos anos pela pesquisadora, está registrado aqui.

As fotografias são registros valiosos e quando pensados a partir das cidades, são narradores do tempo, das tensões sociais e das mudanças (Triana, 2022). As imagens constituem parte importante dos processos e resultados de *design* e assumem diferentes lugares no projeto, ora como protagonistas, ora como suporte, ora como repertório. A partir de imagens é possível

construir sensações, despertar memórias e estimular significações. Neste tópico, as fotografias serão protagonistas da discussão sobre parte da luta social que se dá na ocupação Rosa Leão, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

A inserção da pesquisadora no campo da pesquisa, se deu em 2016. Naquele tempo, a pesquisadora ainda como - apenas - uma curiosa e o campo de pesquisa como um território relativamente novo, com seus três anos. Na época, entre pessoas que fizeram a ponte com a comunidade e os encontros que aconteceram, um espaço tomou o protagonismo nas idas a ocupação: o centro de referência popular, chamado naquele tempo de barracão (Figura 3):

FIGURA 3. Centro Comunitário Ocupação Rosa Leão em 2016 – Autora, 2016. Fonte: acervo próprio.

O barracão foi absorvido como elemento central do estudo, já que a comunidade o utilizava e o reconhecia como um local valioso. Em entrevistas realizadas na comunidade entendeu-se que aquela estrutura era a segunda construção realizada no mesmo local, já que o primeiro barracão foi destruído pelas chuvas intensas. O barracão visto em 2016 era estruturado em madeira com pintura interna e externa. No espaço funcionava uma biblioteca comunitária e espaço para reuniões e uma sala de atendimento das lideranças a pessoas da comunidade. Era o local onde aconteciam as assembleias para debates coletivos sobre as ações, estratégias e caminhos

de resistência às constantes instabilidades políticas às quais o território estava sujeito (Figura 4).

FIGURA 4. Detalhes do Centro Comunitário – Autora, 2016. Fonte: acervo próprio.

Durante a realização e finalização do estudo de campo, entre os meses de setembro e outubro de 2016, houve um eminente risco de despejo diante de ação movida pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Para fazer frente à opressão, a comunidade organizou passeatas, marchas e protestos contra a invasão de suas moradias. No território foram feitas barricadas e encontros coletivos para discutir e preparar as ações. Diante desse contexto, o barracão teve uma ampliação e foi anexada uma cozinha comunitária (Figura 5) à sua estrutura original, para dar suporte na alimentação dos participantes, moradores e apoiadores da luta.

FIGURA 5. Ampliação do Centro Comunitário – Autora, 2017. Fonte: acervo próprio.

Aconteceu um retorno da pesquisadora ao campo, em 2018. Na primeira visita, um pequeno susto: não havia mais centro comunitário (Figura 6):

FIGURA 6. Centro de referência popular em construção – Autora, 2018. Fonte: acervo próprio.

Nas primeiras conversas e questionamentos em campo, foi possível entender que a comunidade havia começado um projeto coletivo de construção de um centro comunitário em alvenaria. O projeto arquitetônico e estrutural foi realizado em parceria com as Brigadas Populares – Minas Gerais, Coletivo Margarida Alves, e os arquitetos Izabella Galera, Juliana Hermsdorf, Freitas Túlio e Raúl. Os valores necessários para custear os materiais foram doados por meio de financiamentos coletivos, vaquinhas online e doações. Já a mão de obra foi voluntária, com participação ativa de moradores da ocupação.

Como a realização do novo espaço demandava financiamento coletivo, ocorreram tempos de pausa nas obras. Durante esse tempo o espaço convivia com uma dualidade entre o que era e o que viria a ser. A construção inacabada gerava perigos visíveis para quem adentra a estrutura, ao mesmo tempo que gerou "cantinhos" que preocupavam os moradores que fosse utilizado para "coisas ruins", uso das aspas feito em termos registrados em caderno de bordo durante pesquisa de campo.

Na vivência do campo e com a observação participante, o espaço do centro comunitário entre os anos de 2018 e 2019, servia como referência de localização e espaço de brincadeiras. A árvore e a área cimentada criavam uma espécie de ilha, que contrasta com a geografia da rua e permite a colocação de mesas sem que houvesse desnível ou sentar-se no chão aumentando o conforto, por exemplo.

FIGURA 7. Uso do espaço comunitário em construção – Autora, 2018. Fonte: acervo próprio.

Em 2020, quando iniciou a pandemia global de COVID-19, atendo-se a registrar apenas os impactos relacionados à experiência entre pesquisadora e território, houve um distanciamento da ocupação e uma mudança de cidade por parte da pesquisadora. O contato se restringia à campanhas em redes sociais e acompanhamento de algumas ações do coletivo que integrava. A pandemia impactou negativamente muitos moradores da região, aumentando a busca por auxílio de alimentação e cuidados básicos, além de mudar a configuração de muitas famílias que buscaram suporte em outros lugares e cidades.

No fim de 2023, a principal mudança percebida foi a finalização da construção do centro comunitário, Centro de Poder Popular Mariele Franco (Figura 8).

FIGURA 8. Centro de referência popular em 2024 – Autora, 2024. Fonte: acervo próprio.

O centro é um espaço coletivo estruturado para o uso de atividades voltadas para a comunidade. Serve como ponto de apoio para os diálogos entre ocupação e Instituições públicas que - ainda - não possuem representação na ocupação. Como exemplo, foi colocada uma faixa sobre a regularização do título de eleitor junto ao Tribunal Regional Eleitoral que funcionaria em data determinada no CRAS do bairro Zilah Sposito, em 2024. Além disso, são realizados cursos, capacitações, apresentações, entre outros.

Em 2022, a PBH após forte pressão social e mobilização de movimentos sociais, instaurou, junto ao Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) e ao Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Plano de Urbanização Sustentável da Izidora, apresentado em 2022 e gradualmente discutido e implementado na região. A previsão é que o início das obras de urbanização na região aconteça em 2025, segundo notícia do ano de 2024. É possível perceber que houve o fortalecimento da luta social na ocupação Rosa Leão por meio da análise da consolidação do centro comunitário, registrado aqui em fotografias dos anos de 2016, 2018 e 2024. Certamente esse desenvolvimento não faz parte do imaginário coletivo de muitas pessoas em Belo Horizonte, isso porque a exclusão do saber popular e a proposta da propagação de uma hegemonia cultural e social é uma proposta dos museus, das cidades e da sociedade. Esse modelo de viver nega o pertencimento, renega alguns ao não-lugar e silencia vivências avessas ao interesse do capital.

É preciso perceber que o ambiente pode servir para externalizar uma memória ou compartilhar uma lembrança, o lugar pode conectar passado, presente e futuro (Avelar; Alencar; Almeida, 2021). A moradia e seus territórios dizem sobre as memórias individuais e coletivas que são formuladas no presente, da exaltação ou apagamento do passado e onde está o registro que ficará para o futuro. Este estudo anseia registrar, ao menos, uma parte dessa luta tão potente, realizada e representada, sobretudo, por mulheres.

7. Considerações Finais

A palavra utopia pode ser definida a partir de dois olhares diferentes. O primeiro, mais difundido na sociedade é a definição grega de "lugar que não existe", algo que é fruto da imaginação, fantasia ou sonho. Já o segundo, compreendido aqui como condutor da discussão, é a definição cunhada e utilizada amplamente pelo afrofuturismo, de que a utopia é o que ainda não existe no presente, mas pode ser sonhado e construído coletivamente no futuro (Parisi, 2023).

Bispo (2023) aponta que o movimento de globalização veio com a intenção de padronização e unificação, herança do colonialismo europeu monoteísta,

que nega a diversidade e a circularidade, estabelecendo o dual, o binário. Em oposição a isso, propõe o que chama de pensamento fronteiriço frente aos diferentes modos de pensar o mundo. Nessa perspectiva há respeito, diálogo e as fronteiras são elásticas podendo se movimentar. A convivência é ampla e a diversidade uma premissa. O que Bispo (2023) chama de pensamento fronteiriço, se conecta ao que Krenak (2022) chama de alianças afetivas. É um movimento de afeto entre pessoas profundamente desiguais, em que é preciso se deixar afetar pelo encontro, em que há a experimentação de outros mundos, olhares e possibilidades por meio das fronteiras.

Para o design, é urgente incorporar que o planejamento dos projetos precisa manter os pés no chão, no território, e os olhos no passado, para que não se perca o caminho de construir futuros mais diversos. É momento de olhar para outras formas de organização social e concepção de cidades. A partir da vivência da consolidação da Ocupação Rosa Leão é possível pensar, dialogar, convergir e se afetar. Assim como o texto, os caminhos de pesquisa não se encerram nos "marcos oficiais", rompem com as defesas, entregas e considerações finais, existem e resistem nas frestas: nas publicações contracoloniais, nos encontros com outros, no fazer junto e na construção de utopias para o design.

Agradecimentos

Registra-se o agradecimento à CAPES pela concessão de bolsa de pesquisa que permite a permanência e dedicação aos estudos, tornando viável a existência dessa e de outras publicações.

Referências

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**: coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 1. ed. Campinas: Papirus Editora, 2012.

AVELLAR, L. de C. M.; ALENCAR, L. A. de; ALMEIDA, M. das G. de. O papel da memória na humanização dos espaços de morar. In: I Colóquio Design e Memória, 2021, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. p. 1-10. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/365801913_O_papel_da_memoria_na_humanizacao_dos_espacos_de_morar. Acesso em: 17 fev. 2025.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 176 p.

BISPO, A. dos S. **A terra dá, a terra quer.** 1. ed. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023. 112 p.

CAMINHA, J. V. Sobre as ocupações urbanas e suas potencialidades como comum. **Colóquio Internacional de Geocrítica**: Las ciencias sociales y la edificación de una sociedade post-capitalista, Barcelona, v. 1, n. 1, p. 3-19, 2018.

CAMPOS, M. de L. A titularidade feminina em programas habitacionais e a construção da cidadania: Uma análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). **Prelúdios - Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA**, v. 8, n. 8, p. 35-60, 2019.

CUSICANQUI, S. R. Ch›ixinakax utxiwa: a reflection on the practices and discourses of decolonization. **South Atlantic Quarterly**, v. 111, n. 1, p. 95- 109, 2012.

DOWBOR, L. **O que é poder local**. 2. ed. São Paulo: Ética, 2016. 176 p.

FERREIRA, J.; FELÍCIO, E. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. 1. ed. Arataca/BA: Teia dos Povos, 2021. 178 p.

FISHER, M. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 218 p.

FREITAS, E. J. de R. Diário de bordo no ensino técnico: uma ferramenta de aprendizagem ativa e de avaliação processual. *Ensino e Tecnologia em Revista*, Londrina, v. 8, n. 1, p. 18–31, jan./jun. 2024. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/17171. Acesso em: 13 abr. 2025.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, [S. l.], n. 29, p. 73–89, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497. Acesso em: 26 jul. 2024.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019. 104 p.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 128 p.

LAGARES, L.; GOMES, L.; GOMES, R. Reapropriação ontológica por meio de designantropologia: produção de narrativas e subjetividades com as artesãs de Paço do Lumiar, Maranhão. **RChD**: Creación y Pensamiento, v. 7, n. 12, p. 5-22, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5354/0719-837X.2022.67632. Acesso em: 13 abr. 2025.

Como referenciar

FROSSARD, Gabriela Corrêa; REZENDE, Edson Jose Carpintero. Fomos descobertos:um olhar do design sobre o processo de re(a)ver territórios de moradia no Brasil. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, pp. 144-165, jul./2025. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign.

DOI: https://www.doi.org/10.12957/arcosdesign.2025.90094

Copyright © 2025 Gabriela Corrêa Frossard, Edson Jose Carpintero Rezende.

A revista **Arcos Design** está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Recebido em 21/02/2025 | Aceito em 08/04/2025